



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

DESPACHO COJUR/CFM n.º 283/2018

Expediente CFM n.º 5541/2018

EMENTA: ELEIÇÕES REGIONAIS. CRITÉRIO DE DESEMPATE. GREVE DOS CORREIOS. COMPROVAÇÃO DO JUSTO MOTIVO PARA NÃO VOTAR.

- I. Em caso de empate, será eleita a chapa que apresentar o maior somatório das idades dos seus componentes.
- II. Havendo o impedimento de acesso da caixa postal onde se encontram os votos enviados por correspondência em razão de eventual greve dos Correios, tal evento será devidamente registrado em ata, as urnas serão lacradas, e o processo de apuração será sobrestado até a normalização da situação com a liberação do acesso aos votos postados, quando será retomado todo o processo de apuração.
- III. o CRM deverá exigir a comprovação da justificativa/impedimento no momento da respectiva declaração.

Trata-se de ofício (of. 3.441/2018/2018) oriundo da CRE do CRM-ES, recebido no CFM sob o n.º 5541/2018, no qual aduz as seguintes indagações:

“1- Como proceder na ocorrência de **empate entre as futuras chapas concorrentes às eleições** para membros titulares e suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina?

2- Como proceder caso haja **greve dos Correios e consequente impedimento de acesso da Comissão Eleitoral juntamente com os Representantes das Chapas Concorrentes à Caixa Postal** que abrigará os votos por correspondência?

3- Tendo em vista que as instruções aprovadas pela Resolução CFM 2161/2018, em seu art. 6º, parágrafo 1º, **não prevê a possibilidade de exigência de comprovação da causa da justificativa ou impedimento ao voto, solicitamos informar se é possível ao CRM exigir tal comprovação dos não votantes, no momento da declaração da justificativa ou impedimento”.**

É o relatório.

1ª Pergunta



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Para as eleições nos CRM's, não se localizou nenhuma disposição sobre critérios de desempate, nem na Lei 3.268/57, nem no Decreto 44.045/58, e nem mesmo na Resolução CFM 2161/2017.

Para as eleições no CFM, o art. 39, parágrafo único do Decreto 44.045/58, assim dispõe: *"Em caso de empate, serão repetidos tantos escrutínios, quantos sejam necessários para decidir o pleito"*.

Todavia, essa COJUR entende que todo o Capítulo V desse Decreto, no que toca às eleições, restou revogado pelo art. 4º, da Lei 3268/57, o qual, dentre outros pontos, aboliu a exigência de maioria absoluta, além de redimensionar o número de conselheiros.

Bem assim, entende-se ser imprópria qualquer tipo de analogia com o referido art. 39, a fim de se repetir os escrutínios em caso de empate, o que, de resto, também seria dispendioso.

Sobra, então, a aplicação subsidiária da legislação eleitoral.

No tema, assim reza o art. 110 do Código Eleitoral:

Art. 110. Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

Neste passo, a partir de uma aplicação subsidiária e analógica, tem-se que, em caso de empate, será eleita a chapa que apresentar o maior somatório das idades dos seus componentes.

2ª Pergunta

De efeito, caso a Comissão Eleitoral, juntamente com os Representantes das Chapas, forem impedidos de acessar a Caixa Postal que abriga os votos em razão de eventual greve dos Correios, configurado estará um impedimento de força maior.

Nessa hipótese, também a Legislação Eleitoral vem em socorro da resposta. Assim prescreve o art. 163, parágrafo único do Código Eleitoral:

Art. 163. Iniciada a apuração da urna, não será a mesma interrompida, devendo ser concluída.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Parágrafo único. **Em caso de interrupção por motivo de força maior, as cédulas e as folhas de apuração serão recolhidas à urna e esta fechada e lacrada, o que constará da ata.** (gn)

Pela via da analogia, havendo o impedimento de acesso da caixa postal onde se encontram os votos enviados por correspondência por força de algum movimento paredista, tal evento será devidamente registrado em ata, as urnas serão lacradas, e o processo de apuração será sobrestado até a normalização da situação com a liberação do acesso aos votos postados, quando será retomado todo o processo de apuração.

3ª Pergunta

Assim dispõe o §1º, do art. 6º da Resolução CFM 2161/2017:

§1º Será aplicada a multa prevista em lei para o médico que não votar, salvo causa justificada ou impedimento a ser declarado até 60 dias após o encerramento da eleição.

O TSE, por sua vez, arrematado em suas resoluções, para as Eleições Nacionais, assim orienta em seu sítio eletrônico¹:

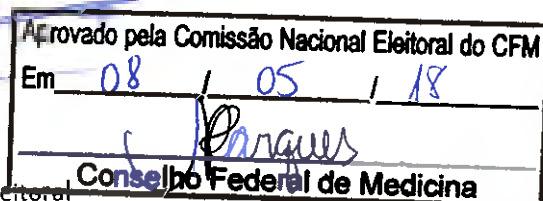
"Caso o eleitor não apresente a justificativa no dia da eleição, poderá preencher o Requerimento de Justificativa Eleitoral (pós-eleição) e entregá-lo em qualquer cartório eleitoral ou enviá-lo, por via postal, ao juiz da zona eleitoral na qual é inscrito até 60 dias após cada turno da votação, **acompanhado da documentação comprobatória da impossibilidade de comparecimento ao pleito**" (gn).

Sendo assim, utilizando-se da mesma lógica, tem-se que o CRM deverá exigir a comprovação da justificativa/impedimento no momento da respectiva declaração.

É o parecer, S.M.J.

Brasília-DF, 07 de maio de 2018.

Raphael Rabelo Cunha Melo
Assessor Jurídico



¹ Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/servicos/justificativa-eleitoral>



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Allan Cotrim do Nascimento
Assessor Jurídico

De acordo:

José Alejandro Bullón
Chefe do SEJUR

Desp. SEJUR 283.18 exp. 5541.2018. empate.greve. justificativa. 07.05.2018